EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO

A UNIÃO

130 Anos – Patrimônio da Paraíba

PUBLICIDADE LEGAL DIGITAL

A UNIÃO – João Pessoa, Paraíba - TERÇA-FEIRA, 25 de julho de 2023

Elizabeth Cimentos S.A.

CNPJ nº 12.186.380/0001-80 - NIRE 25300011785

Balanço Patrimonial *(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	72.990	36.116
Contas a receber	5	57.362	73.464
Estoques	6	49.021	57.855
Tributos a recuperar	7	15.570	11.712
Adiantamentos		907	7.615
Despesas antecipadas		381	20
Total ativo circulante		**196.231**	**186.782**
Não circulante			
Tributos a recuperar	7	754	742
Tributos diferidos	18.a	88.472	-
Aplicações financeiras vinculadas	4	15.675	15.148
Outros créditos		3.115	3.118
Partes relacionadas	8	244.673	244.673
		352.689	**263.681**
Propriedades para investimento	9	636	636
Imobilizado	10	419.877	383.073
Intangível	10	2.133	768
Total ativo não circulante		**775.335**	**648.158**
Total do ativo		**971.566**	**834.940**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Obrigações sociais e trabalhistas	15	9.662	7.346
Fornecedores	11	66.366	25.327
Tributos a recolher	14	19.735	7.237
Empréstimos e financiamentos	13	71.674	16.777
Parcelamento de tributos	16	3.677	4.354
Adiantamentos de clientes		595	2.389
Outras contas a pagar		455	6.938
Total passivo circulante		**172.164**	**70.368**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	283.980	358.227
Parcelamento de tributos	16	3.152	5.690
Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis	17	342	10
Total passivo não circulante		**287.474**	**363.927**
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado	19.a	886.493	886.493
Reservas de lucros	19.b	-	25.032
Prejuízos acumulados		(374.565)	(510.880)
Total patrimônio líquido		**511.928**	**400.645**
Total passivo + PL		**971.566**	**834.940**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	20	**431.290**	**358.607**
Custos dos produtos e serviços vendidos	21	(221.202)	(184.973)
Lucro bruto		**210.088**	**173.634**
(Despesas) receitas operacionais		**(128.191)**	**(552.832)**
Despesas de vendas	21	(101.751)	(58.260)
Despesas gerais e administrativas	21	(22.836)	(23.198)
Resultado da equivalência patrimonial		-	3.919
Outras (despesas)/Receitas operacionais	22	(3.604)	(475.293)
Lucro/(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**81.897**	**(379.198)**
Resultado financeiro líquido	23	(37.913)	(115.165)
Receitas financeiras		6.366	4.089
Despesas financeiras		(40.934)	(118.459)
Variação monetária e cambial líquida		(3.345)	(795)
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**43.984**	**(494.363)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18.a	(21.173)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.a	88.472	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		**111.283**	**(494.363)**
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações			
Básico	19.b	36.109	(160.411)
Diluído	19.b	36.109	(160.411)
Média ponderada da quantidade de ações		**3.081.854**	**3.081.854**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	**111.283**	**(494.363)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**111.283**	**(494.363)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Capital social	Incentivos fiscais	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	**360.456**	**8.435**	**(154)**	**368.737**
Integralização de capital (Nota 19.a)	526.037	-	-	526.037
Reserva de incentivos fiscais	-	16.597	(16.597)	-
Prejuízo do exercício	-	-	(494.363)	(494.363)
Ajustes exercícios anteriores	-	-	234	234
Em 31 de dezembro de 2021	**886.493**	**25.032**	**(510.880)**	**400.645**
Absorção de prejuízos	-	(25.032)	25.032	-
Lucro do exercício	-	-	111.283	111.283
Em 31 de dezembro de 2022	**886.493**	-	**(374.565)**	**511.928**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa *(Valores expressos em milhares de reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício ajustes por:		**111.283**	**(494.363)**
Depreciação e amortização	10	17.804	16.552
(Reversão) provisão para perda de imoblizado	10	13	-
Outras movimentações	10	(1.394)	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	5	(961)	1.752
Resultado de equivalência patrimonial		-	(3.948)
Perda na aquisição/Alienação de investimentos		-	476.300
Tributos diferidos	18.a	(88.472)	-
Comissões e custos de transação	13	2.657	31.590
(Reversão) provisões cíveis, trabalhistas, ambientais e tributárias	17	332	10
Juros sobre empréstimos	13	37.568	60.796
Variação de ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	5	17.063	(14.397)
Títulos e valores mobiliários		-	29
Estoques	6	8.834	(35.558)
Tributos a recuperar	7	(3.870)	10.072
Outros créditos		6.351	(2.003)
Fornecedores	11	41.039	3.385
Obrigações sociais e trabalhistas	15	2.316	2.027
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	13	(25.950)	(13.817)
Tributos a recolher	14	12.498	(4.750)
Outras contas a pagar		(9.696)	6.735
Despesas antecipadas		-	72
Adiantamento de clientes		(1.794)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**125.621**	**40.484**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	4	(527)	(700)
Investimentos societários		-	526.037
Adições ao imobilizado	10	(53.347)	(36.325)
Adições ao intangível	10	(1.245)	(51)
Partes relacionadas	8	-	(25.651)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		**(55.119)**	**463.310**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	13	105.050	-
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	13	(128.907)	(473.227)
Amortização de comissões e custos de transação	13	(9.771)	(32.400)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**(33.628)**	**(505.627)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**36.874**	**(1.833)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		36.116	37.949
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		72.990	36.116
Acréscimo/(Decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa		**36.874**	**(1.833)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas *(Valores expressos em milhares de reais)*

1. Contexto operacional: (a) Elizabeth Cimentos S.A.: A Elizabeth Cimentos S.A. distribui e vende cimento Portland e clínquer e iniciou as suas atividades produtivas em janeiro de 2015. A Companhia comercializa seus produtos em todos os estados da região Norte e Nordeste. A Companhia está constituída sob a forma de sociedade anônima por ações ordinárias, sem valor nominal, e está estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Gleba Andreza Mucatú- Parcela 4A, s/nº, CEP 58.320-000, Zona Rural, Alhandra, Estado da Paraíba.

2. Resumo das principais práticas contábeis: 2.a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e sendo que apenas essas informações correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. **2.b) Base de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) a mensuração ao valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável de ativos ("impairment"). Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado. A preparação dessas demonstrações financeiras requer da Administração o uso de certas estimativas contábeis, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados na data do balanço dos ativos, passivos, receitas e despesas poderão divergir dos resultados reais futuros. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes e são revisadas pela Administração da Companhia. As políticas contábeis e estimativas críticas, quando aplicável e relevantes, estão incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com o exercício anterior apresentado, conforme apresentado abaixo: • Nota explicativa 5 - Perdas de crédito esperadas (impairment) do contas a receber de clientes; • Nota explicativa 6 - Perdas estimadas e redução ao valor recuperável de estoques; • Nota explicativa 17 - Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e depósitos judiciais; • Nota explicativa 18 - Teste de recuperação do imposto de renda e a contribuição social diferido ativo. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 10 de julho de 2023. **2.c) Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas:** As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação. Recentemente, foram emitidas novas normas e interpretações contábeis, os quais entrarão em vigência somente a partir de 1º de janeiro de 2023. As principais normas alteradas são: • Alteração IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras: Trata da classificação de passivos financeiros e os mecanismos que a entidade deve deter para assegurar que tais passivos não serão liquidados dentro de 12 meses, bem como aspectos de divulgação em notas explicativas. • Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: Trata das divulgações de políticas contábeis materiais ao invés de políticas contábeis significativas. As alterações definem o que é informação de política contábil material. • Alteração ao IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: A alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis (comumente com aplicações retrospectivas em transações passadas) de mudanças nas estimativas contábeis (aplicação prospectiva nas transações futuras). • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: obriga as entidades a reconhecerem o imposto diferido em transações, que, no reconhecimento inicial, podem dar origem a montantes iguais de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que estas normas gerem impacto material nas demonstrações financeiras de exercícios sociais subsequentes. **2.d) Demonstração do valor adicionado:** Conforme facultado pela Resolução CFC nº 1.162/09, a Companhia decidiu por não apresentar a demonstração do valor adicionado. **2.e) Disposição de apresentação das notas explicativas:** A Companhia buscou apresentar aos usuários das demonstrações financeiras as informações relevantes para avaliação da posição financeira da Companhia, desta forma as práticas contábeis, estão descritas abaixo das notas explicativas. **2.f) Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. **2.g) Arrendamentos:** A avaliação dos contratos que contém arrendamento passa pelas seguintes etapas: • Definição de isenções de reconhecimento (curto prazo e baixo valor); • Separação de componentes; • Definição do prazo do arrendamento; • Definição da taxa de desconto; e • Reconhecimento inicial e subsequente. Os arrendatários reconhecem o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Administração avaliou a aplicação da norma e não foram identificados contratos que impactassem de forma significativa as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Disponibilidades		
Caixa e Bancos	5.841	4.417
Aplicações Financeiras		
No País:		
Títulos privados	67.149	31.699
Total das Aplicações Financeiras	**67.149**	**31.699**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**72.990**	**36.116**

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, aos fundos de investimentos privados com taxas atreladas à 99% do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários). Essas operações possuem liquidez imediata. Os recursos financeiros disponíveis são aplicados em títulos privados, em bancos considerados pela Administração como de primeira linha. **Prática Contábil:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

4. Aplicações financeiras vinculadas: A Elizabeth Cimentos S/A possui aplicações financeiras vinculadas aos contratos de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S/A. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía aplicações financeiras em títulos privados, no total de R$15.675 em 31 de dezembro de 2022 (R$15.148 em 31 de dezembro de 2021). As aplicações financeiras possuem taxas atreladas à variação de 99% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). **Prática Contábil:** Os recursos financeiros disponíveis no país são aplicados basicamente em títulos privados e públicos com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e operações compromissadas lastreadas em Notas do Tesouro Nacional, respectivamente.

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Clientes		
Terceiros		
Mercado interno	51.356	59.594
Mercado externo	-	18
	51.356	**59.612**
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(16.270)	(17.231)
	35.086	**42.381**
Partes Relacionadas (nota 8)	22.276	31.083
	57.362	**73.464**

A composição do saldo bruto das contas a receber de clientes é demonstrada da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	35.083	40.142
Vencidos até 30 dias	164	1.498
Vencidos até 180 dias	962	782
Vencidos acima de 180 dias	15.147	17.190
	51.356	**59.612**

O risco de crédito de clientes é avaliado e medido pela administração considerando a situação individual de cada cliente, visto que em alguns contratos são oferecidas garantias reais que mitigam o risco de não recebimento dos títulos. Desta forma, parte de tais títulos não são considerados na constituição das perdas estimadas. A movimentação das perdas esperadas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(17.231)	(15.479)
Adições	(346)	(2.348)
Baixas/Reversão	1.307	596
Saldo final	**(16.270)**	**(17.231)**

Prática Contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são reconhecidas pelo preço da transação, desde que não contenham componentes de financiamento, e posteriormente mensuradas ao custo amortizado. Quando aplicável, é ajustada ao valor presente incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. A Administração entende que a perda esperada estimada com créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis sob análise da Administração, conforme política de risco de crédito detalhada na nota 12.

6. Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Produtos acabados	3.242	874
Produtos em elaboração	234	-
Matérias-primas	20.425	43.856
Materiais de embalagem e almoxarifado	25.134	13.125
(-) Perdas estimadas	(14)	-
	49.021	**57.855**

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial		
Perdas estimadas nos estoques de baixa rotatividade e obsolescência	(14)	-
Saldo final	**(14)**	-

Prática Contábil: Mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. Os custos atribuídos aos estoques incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. O método de avaliação dos estoques é o custo médio ponderado. Custos de ociosidade são reconhecidos no resultado conforme competência, quando ocorrem paradas programadas de produção. Perdas estimadas em estoques são revisadas ao menos ao final de cada exercício social e constituídas quando consideradas necessárias.

7. Tributos a recuperar

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ICMS	2.230	1.126	754	742
IPI	1.555	1.905	-	-
IR e CSLL	798	912	-	-
PIS e COFINS [1]	8.271	6.898	-	-
Outros	2.716	871	-	-
	15.570	**11.712**	**754**	**742**

A parcela não circulante é decorrente do crédito de ICMS derivado da aquisição de Imobilizado e PIS e Cofins derivados da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. A Companhia avalia periodicamente a evolução dos créditos acumulados de impostos e a necessidade de registro de perdas por recuperabilidade, objetivando o seu aproveitamento, bem como avaliando a utilização no curto ou longo prazo. **Prática Contábil:** O saldo dos tributos a recuperar mantidos no curto prazo estão previstos para serem compensados nos próximos 12 meses, assim como com base em análises e projeção orçamentária aprovada pela Administração, não prevê riscos de não realização desses créditos tributários, desde que as projeções orçamentárias se concretizem.

8. Partes relacionadas

	Ativo 31/12/2022	Ativo 31/12/2021
Clientes		
Transnordestina Logística S.A.	766	-
CSN Cimentos Brasil	4.026	-
Companhia Siderúrgica Nacional	32	-
	4.824	-
Adiantamentos		
Elizabeth Mineração Ltda.[1]	-	31.083
CSN Cimentos S.A.	17.452	-
	17.452	**31.083**

	Passivo 31/12/2022	Passivo 31/12/2021
Fornecedores		
CSN Cimentos Brasil	152	-
	152	-

	31/12/2022	31/12/2021
Banco fibra	54	-
	54	-
Mútuo com partes relacionadas		
Não circulante		
Elizabeth Mineração Ltda.[1]	-	244.673
CSN Cimentos S.A.	244.673	-
	244.673	**244.673**

	Resultado 31/12/2022	Resultado 31/12/2021
Resultado entre partes relacionadas		
Vendas	**8.844**	-
CSN Cimentos Brasil	4.058	-
Transnordestina Logística S.A.	4.786	-
Compras	**(21.230)**	**(16.452)**
Elizabeth Mineração Ltda.[1]	-	(16.452)
CSN Cimentos S.A.	(21.230)	-
	(12.386)	**(16.452)**

[1] Em 01 de maio de 2022, a Elizabeth Mineração foi incorporada pela CSN Cimentos S.A.

Prática Contábil: As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros.

9. Propriedade para investimentos: Composto por terrenos e edificações cujo objetivo é a sua valorização e não são utilizados nas atividades operacionais da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o saldo de propriedades para investimentos é de R$ 636, valor este considerado como o valor justo das propriedades e que se encontram em processo de construção até a presente data. **Prática Contábil:** Propriedades para investimento são mantidas para valorização do capital e registradas pelo custo de aquisição. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados com confiabilidade, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

10. Imobilizado e intangível: 10.a) Movimentação do ativo imobilizado e intangível:

	Imobilizado							Intangível	
	Terrenos	Edificações e Infraestrutura	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**13.334**	**158.418**	**188.914**	**648**	**19.990**	**1.769**	**383.073**	**768**	**768**
Adição	-	52	11.221	148	41.885	41	53.347	1.245	1.245
Depreciação e amortização	-	(4.496)	(11.890)	(171)	-	(883)	(17.440)	(364)	(364)
Provisão para perda	-	-	(13)	-	-	-	(13)	-	-
Transferência entre Contas	-	3.690	18.474	64	(28.856)	6.144	(484)	484	484
Outras movimentações	-	-	1.394	-	-	-	1.394	-	-
	13.334	**157.664**	**208.100**	**689**	**33.019**	**7.071**	**419.877**	**2.133**	**2.133**
Custo	13.334	201.662	297.732	1.924	33.019	15.855	563.526	3.166	3.166
Depreciação	-	(43.998)	(89.631)	(1.235)	-	(8.785)	(143.649)	(1.033)	(1.033)
	13.334	**157.664**	**208.101**	**689**	**33.019**	**7.070**	**419.877**	**2.133**	**2.133**

(*) Referem-se substancialmente veículos e hardwares.

10.b) As médias de vidas úteis estimadas são as seguintes (em anos):

	2022	2021
Edificações	47	47
Máquinas, equipamentos e instalações	27	27
Móveis e utensílios	10	10
Outros	5	5
Software	10	10
PPI	40	40

Prática Contábil: • **Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos ativos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com confiabilidade. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado. As vidas úteis e os valores residuais são revisados ao menos ao final de cada exercício social e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outros ganhos (perdas), líquidos".• **Intangível:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros. Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação. *Softwares:* As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares dede dez anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

11. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Mercado interno	56.748	13.232
Mercado externo	9.466	9.306
Partes relacionadas	152	2.789
Total	**66.366**	**25.327**

Prática Contábil:São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado. As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. O saldo "mercado interno" refere-se a compra de produtos e contratação de serviços nacionais e o saldo de "mercado externo" refere-se à importação de matérias-primas, como o coque de petróleo, e máquinas e equipamentos. O saldo de "partes relacionadas" refere-se a compra de produtos e contratação de serviços de empresas do mesmo grupo econômico e seguem as condições normais de mercado.

12. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro: (a) Instrumentos financeiros: O valor justo dos ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, corresponde ao valor pelo qual o ativo ou o passivo é trocado em uma transação não forçada entre participantes do mercado para a venda do ativo ou a transferência do passivo na data de mensuração nas condições atuais de mercado. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. O principal propósito dos passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. Os ativos financeiros são mantidos com o fim de receber fluxo de caixa contratuais. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os passivos e ativos financeiros da companhia são mensurados, no reconhecimento subsequente, ao custo amortizado. As informações contábeis sobre os instrumentos financeiros são apresentadas com base nos dados:

	Nota	Custo amortizado 31/12/2022	Custo amortizado 31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	**3**	72.990	36.116
Contas a receber de clientes	**5**	35.087	42.381
Partes relacionadas	**8**	22.275	31.083
Não Circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	**4**	15.675	15.148
Partes relacionadas	**8**	244.673	244.673
Total do Ativo		**390.700**	**369.401**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	**11**	66.366	25.327
Empréstimos e financiamentos	**14**	71.674	16.777
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	**14**	283.980	358.227
Total do Passivo		**422.020**	**400.331**

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não possuía instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado ou ao valor justo por meio do resultado abrangente. Também, não efetuou operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos. **(b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro:** As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. As atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas e disposição para risco da Companhia. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. *(i) Risco cambial:* A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de contas a pagar de fornecedores, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras e ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. A Administração acompanha a exposição cambial em cada data-base. *(ii) Risco de taxa de juros:* O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. A política da Companhia é obter empréstimos e financiamentos com taxas pré-fixadas e/ou com variação atrelada à TJLP e CDI. Esses índices não têm variações relevantes que possam comprometer a liquidez. *(iii) Risco de crédito:* O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. *Instrumentos financeiros:* O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia, de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pela Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. *Contas a receber de clientes:* A política de vendas da Companhia se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é obtido por meio da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento e por meio da diversificação de suas contas a receber (pulverização do risco). A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. A necessidade de *impairment* é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. A Companhia considera, para fins de mensuração de perdas de crédito esperadas, uma estimativa para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos considerando como ponto de partida o lastro dos títulos vencidos a mais de 180 dias. *(iv) Risco de liquidez:* A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria da Companhia. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente para as previsões de caixa da Companhia. *(v) Gestão de capital:* Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras entidades do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial combinado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial combinado, com a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os índices de alavancagem financeira estão sumarizados da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Cálculo		
Dívida líquida	282.664	338.888
Total do patrimônio líquido	511.928	400.645
Capital total	**794.592**	**739.533**
Índice de alavancagem financeira - %	36%	46%
Reconciliação da dívida líquida	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Empréstimos e financiamentos	355.654	375.004
Caixa e equivalentes de caixa	(72.990)	(36.116)
Dívida líquida	**282.664**	**338.888**

A definição da estrutura de capital atual teve como base um endividamento compatível, em termos de prazo e custo, com a capacidade de pagamento do plano de negócios elaborado para o beneficiamento de matéria-prima. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. **Prática Contábil:** Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa, no caso dos ativos financeiros. No reconhecimento inicial os ativos financeiros podem ser classificados em três categorias: ativos mensurados ao custo de amortização, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a empresa detiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro. Os passivos financeiros são classificados como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. Os passivos financeiros são baixados apenas quando forem extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também extingue um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou quando a realização do ativo e liquidação do passivo ocorrerem simultaneamente.

13. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos da Companhia de curto e longo prazo estão assim divididos:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contratos de dívida em moeda nacional				
FNE e CCB	71.891	16.987	284.924	359.265
Total de Empréstimos e Financiamentos	**71.891**	**16.987**	**284.924**	**359.265**
Custos de Transação e Prêmios de Emissão	(217)	(210)	(944)	(1.038)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação	**71.674**	**16.777**	**283.980**	**358.227**

A Companhia captou e amortizou empréstimos e financiamentos durante 2022, conforme demonstrado abaixo:

Natureza da Captação	Captações (31/12/2022)	Amortizações de Principal (31/12/2022)	Amortizações de Encargos (31/12/2022)
FNE e CCB	105.050	(128.907)	(25.950)
	105.050	**(128.907)**	**(25.950)**

(a) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos bancários são registrados ao custo amortizado e são compostos majoritariamente por financiamentos para investimentos de longo prazo e para aquisição de máquinas e equipamentos. Em 31 de dezembro de 2022, não existem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. Atualmente, os empréstimos e financiamentos estão amparados por 97% de garantias reais e 3% de garantias por aval. A composição das garantias é a seguinte: 60% de hipoteca ou alienação, 29% de duplicatas, 7% de fiança bancária, 3% de garantia clean e 1% de domicílio bancário de recebíveis. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos dados em garantia contemplam ativos financeiros e não financeiros, como aplicações financeiras e imóveis e máquinas e equipamentos ligados à produção. **(a.1) FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste):** O FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) é um instrumento de política pública federal operado pelo Banco do Nordeste que objetiva contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através da execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o plano regional de desenvolvimento, possibilitando, assim, a redução da pobreza e das desigualdades. Provido de recursos federais, o FNE financia investimentos de longo prazo e, complementarmente, capital de giro ou custeio. A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**375.004**	**579.889**
Captações	105.050	-
Captações Assunção de Dívida [1]	-	222.173
Amortização de principal	(128.907)	(473.227)
Amortização de encargos	(25.950)	(13.817)
Provisão de Encargos	37.568	60.796
Outros [2]	(7.111)	(810)
Saldo Final	**355.654**	**375.004**

[1] Efeito não caixa.

[2] Incluem reclassificação e custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2022, o principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos de curto e longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

Taxa Média	Empréstimos em Moeda Nacional em Real 10,32%
2023	71.759
2024	60.642
2025	86.291
2026	23.322
2027	23.322
Após 2027	91.479
	356.815

Covenants: Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras e financeiras, a Elizabeth Cimentos cumpriu as obrigações contratuais não havendo descumprimento ou incidências de penalidades. **Prática Contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos do custo de transação e posteriormente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros, comissões e eventuais encargos financeiros são registrados por competência, ou seja, de acordo com o tempo transcorrido. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não existem juros capitalizados em ativos qualificáveis oriundos de empréstimos e financiamentos.

14. Tributos a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
ICMS	2.680	6.380
PIS/Cofins	1.347	252
IOF retido sobre mútuos	13	13
IRRF retido sobre mútuos	-	282
Outros tributos retidos	15.695	310
	19.735	**7.237**

Em 2021, a Elizabeth Cimentos S/A optou pelo lucro real com recolhimento do imposto de renda e da contribuição social por estimativa mensal.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2022	31/12/2021
Ordenados e salários a pagar	4.279	3.759
Tributos e encargos sociais	908	1.405
Férias e encargos	4.475	2.182
Total	**9.662**	**7.346**

16. Parcelamento de tributos

	31/12/2022	31/12/2021
INSS (a)	2.199	4.242
ICMS (b)	1.783	2.264
PERT	-	19
IOF	2.847	3.519
	6.829	**10.044**
Circulante	3.677	4.354
Não circulante	3.152	5.690
	6.829	**10.044**

(a) Os parcelamentos simplificados e ordinários de INSS foram negociados nos meses de maio e dezembro de 2019 e possuem prazo para pagamento de 60 meses, com vencimento final em julho de 2024. (b) Débitos parcelamento de ICMS ST sobre uso e consumo não recolhidos. Possuem prazo de vencimento de 40 meses, com vencimento final em julho de 2023.

17. Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis: Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. Os valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentadas a seguir:

Natureza	31/12/2022 Passivo provisionado	31/12/2021 Depósito judicial	31/12/2021 Passivo provisionado
Cível	342	12	10
	342	**12**	**10**
Classificado:			
Não Circulante	342	12	10
	342	**12**	**10**

A movimentação das provisões cíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pode ser assim demonstrada:

Natureza	31/12/2021	Adição	Utilização líquida de reversão	31/12/2022
Cível	10	342	(10)	342
	10	**342**	**(10)**	**342**

<u>Processos cíveis:</u> Referem-se a ações cíveis de assuntos diversos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões contratuais, discussões de títulos de créditos e litígios imobiliários, relacionadas às atividades da Companhia. • Processos Judiciais Possíveis: A Companhia não realiza as provisões dos processos, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, é de perda possível. A tabela a seguir demonstra um resumo do saldo das principais matérias classificadas como risco possível comparadas com o saldo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

	31/12/2022	31/12/2021
Processos Tributários	21.762	12.225
Processos Trabalhistas e Previdenciários	939	249
Processos Cíveis	1.099	775
	23.800	**13.249**

Prática Contábil: São registradas apenas as provisões classificadas como risco de perda provável estimadas e consideras pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação dos seus assessores jurídicos e que serão necessários recursos para liquidar a obrigação. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

18. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
(Despesa)/Receita com Impostos de renda e contribuição social		
Corrente	(21.173)	-
Diferido	88.472	-
	67.299	-

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IRPJ e da CSLL são demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**43.984**	**(494.363)**
Alíquota	34%	34%
IRPJ/CSLL pela alíquota fiscal combinada	**(14.954)**	**168.083**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Perdas em investimentos	-	(161.963)
Outras adições (exclusões) permanentes	4.709	13.430
Prejuizo Fiscal e Base Negativa não constituídos	(80.684)	(19.550)
Constituição (Reversão) de Crédito Tributário	88.472	-
Incentivos Fiscais	6.003	-
Outros períodos	71.542	-
IRPJ/CSLL diferidos sobre diferença temporária não constituídos	(7.789)	-
IRPJ/CSLL no resultado do período	**67.299**	-
Alíquota efetiva	**-153%**	**0%**

18.a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos podem ser demonstrados como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Diferido		
- Prejuízos Fiscais de Imposto de Renda	59.237	-
- Bases Negativas da Contribuição Social	21.446	-
Diferenças temporárias		
- Perdas estimadas em ativos	5.318	-
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	2.471	-
Total	**88.472**	-

A Administração avaliou os preceitos do *IFRIC 23 - "Uncertainties Over Income Tax Treatments"* e considera que não há razões para que as autoridades fiscais divirjam dos posicionamentos fiscais adotados pela Companhia. Desta forma, não foram reconhecidas quaisquer provisões adicionais de imposto de renda e contribuição social em decorrência da avaliação de aplicação do IFRIC 23 na demonstração financeira em 31 de dezembro de 2022. **Prática Contábil:** O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de tributos a pagar relacionado a exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios, que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível e do reconhecimento inicial de ágio, de acordo com IAS 12/ CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a alíquota nominal aprovada ou substancialmente aprovada. Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis. Tais ativos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável com base em lucros tributáveis futuros.

19. Patrimônio líquido: 19.a) Capital social integralizado: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é R$ 886.493 (R$ 886.493 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 3.081.854 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 01 de maio de 2022 a Elizabeth Mineração foi incorporada pela CSN Cimentos S.A., a qual passou a deter respectivamente a sua participação acionária na Elizabeth Cimentos no montante de R$ 886.493. O valor total do capital social e a quantidade de ações não foram alterados entre 31 de dezembro de 2021 e 2022. **19.b) Resultado por ação:** Abaixo é apresentado o resultado por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	**111.283**	**(494.363)**
Média ponderada da quantidade de ações	3.081.854	3.081.854
Lucro por lote de mil ações - R$	**36.109**	**(160.411)**

Prática Contábil: • **Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. • **Resultado por ação:** O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, consequentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico. • **Reservas de lucros:** Refere-se a incentivos fiscais de ICMS - Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços no qual a Companhia usufrui e que são contabilizadas inicialmente no resultado do exercício e, subsequentemente, constituída a respectiva reserva de lucros no encerramento do exercício. O valor da reserva em 31/12/2021 era constituído através da dedução de 75% sob o valor dos impostos sobre vendas de cimentos e de 54% de clínquer. Tal reserva fora absorvida para compensação do prejuízo do exercício de 2022, com base nos procedimentos e políticas contábeis internas da empresa, nos quais definem que as reservas constituídas podem ser utilizadas para a diluição do prejuízo do período

20. Receita líquida de vendas: A seguir é apresentada uma conciliação das receitas brutas com as receitas líquidas apresentadas na demonstração do resultado do exercício.

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional		
Receita de produtos vendidos	542.559	476.184
	542.559	**476.184**
(-) Deduções		
Impostos sobre vendas	(109.032)	(110.819)
Devoluções de vendas	(2.237)	(6.758)
	(111.269)	**(117.577)**
Receita líquida de vendas	**431.290**	**358.607**

Prática Contábil: O reconhecimento da receita passa pela análise das seguintes condições para fins de reconhecimento contábil: • Identificação do contrato com cliente de venda de bens; • Identificação das obrigações de desempenho; • Determinação do valor do contrato; • Alocação do valor do contrato a cada uma das obrigações de desempenho; e • Reconhecimento de receita ao longo do tempo ou quando as obrigações de desempenho são concluídas. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, quando aplicável. A Administração avaliou as transações de receita para determinar se está atuando como agente ou principal, e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos com clientes. A receita é reconhecida quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Administração baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Venda de produtos:** A receita de venda de produtos é reconhecida quando o controle da propriedade dos produtos for transferido ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega, quando o frete é de responsabilidade do vendedor. Para as mercadorias de granel, o transporte, em sua maioria, é realizado, através de frete FOB - *Free on Board*, no qual a responsabilidade pela mercadoria passa do vendedor para o comprador no momento do despacho do produto e, consequentemente, há o reconhecimento da receita. A Companhia não possui histórico relevante de práticas de descontos e devoluções em seus contratos com clientes que possam afetar a determinação do valor do contrato.

21. Despesas por natureza

	31/12/2022	31/12/2021
Matérias-Primas e Insumos	(156.925)	(155.814)
Mão de obra	(39.576)	(23.461)
Suprimentos	(4.732)	(9.455)
Manutenção (Serviços e Materiais)	(1.980)	(4.085)
Fretes	(101.609)	(50.289)
Serviços de Terceiros (Inclusive Concessionárias)	(18.588)	(6.080)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(17.804)	(16.552)
Outros	(4.575)	(695)
	(345.789)	**(266.431)**
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(221.202)	(184.973)
Despesas com vendas	(101.751)	(58.260)
Despesas gerais e administrativas	(22.836)	(23.198)
	(345.789)	**(266.431)**

22. Outras despesas e receitas operacionais líquidas

	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas operacionais	1.213	2.704
Outras despesas líquidas (a)	(4.817)	(477.997)
	(3.604)	**(475.293)**

(a) Refere-se, principalmente a baixa do investimento com a Elizabeth Porcelanato no montante de R$476.300 e gastos com consultorias decorrentes acordo de vendas da participação acionaria da Elizabeth Cimentos S/A e Elizabeth Mineração Ltda. para a CSN Cimentos S/A, ocorrido em 31 de agosto de 2021.

continua

continuação

23. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	4.952	1.414
Receita de juros	556	902
Recuperação de despesas	49	55
Outras receitas financeiras	809	1.718
	6.366	**4.089**
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(584)	(1.083)
Despesa de juros	(1.574)	(51.186)
Empréstimos e Financiamentos	(37.568)	(60.796)
Descontos concedidos	(41)	(523)
Duplicatas descontadas	(75)	(15)
Multas de mora	(555)	(204)
IOF	(181)	(3.493)
Outras despesas financeiras	(356)	(1.159)
	(40.934)	**(118.459)**
Variação cambial		
Variação cambial passiva	(3.345)	(795)
	(3.345)	**(795)**
Resultado financeiro	**(37.913)**	**(115.165)**

Prática Contábil: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e juros sobre impostos a recolher.

24. Seguros: A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria ou revisão das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas nem revisadas pelos nossos auditores independentes.

25. Compromissos: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía contratos com pagamentos mínimos não canceláveis, conforme demonstrados no quadro abaixo:

Natureza do serviço	Pagamentos no exercício: 2022	Compromissos a partir de: 2023	2024	2025	Total
Fornecimento de energia	13.735	18.604	8.800	8.800	36.204
Aquisição de matéria-prima - escoria de alto forno	6.589	-	-	-	-
	20.324	**18.604**	**8.800**	**8.800**	**36.204**

26. Fianças: Abaixo estão demonstradas as fianças obtidas para contratos de financiamento de fornecimento de serviço de energia vigentes em 31 de dezembro de 2022:

Credor	Fiador	Data	Fiança (em R$)
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Banco Bradesco S.A.	26/12/2022	15.400.147
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Banco Safra S.A.	18/11/2022	3.300.000
ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico	Banco Safra S.A.	03/10/2022	1.314.110

Diretoria

Marcelo Cunha Ribeiro - Diretor sem Designação Específica

Edvaldo Araújo Rabelo - Diretor sem Designação Específica

Contador - Abelardo Rodrigues dos Reis - CRC RJ-101.348/O-SP

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Elizabeth Cimentos S/A - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Elizabeth Cimentos S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elizabeth Cimentos S/A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board (Iasb)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de julho de 2023

Fernando Camanzano Martinez
Contador CRC 1SP-328.247/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S A EPC:09366790000106

Assinado de forma digital por EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S A EPC:09366790000106
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=PB, l=JOAO PESSOA, ou=09357823000143, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CNPJ A1, ou=videoconferencia, cn=EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S A EPC:09366790000106
Dados: 2023.07.24 17:27:51 -03'00'